

Um debate estéril

ANC

O PIOR na interminável discussão sobre a extensão do mandato do Presidente Sarney não é que ela esteja sendo travada em detrimento da tarefa fundamental da Constituinte, que é obviamente construir a nova Constituição, supostamente apta a perdurar por muitos e muitos anos. O pior é que essa discussão se arrasta sem chegar a lugar algum — e agrava por isso mesmo, brutalmente, os problemas que o Brasil enfrenta desde o instante em que suspendeu o pagamento dos juros da sua dívida externa.

CONVÉM recordar, desde logo, que a última missão do derradeiro Presidente do Banco Central ao Governo Figueiredo, Affonso Celso Pastore, foi alinhar um acordo com os bancos credores que permitiria ao nosso País, quer quanto ao período de carência, quer quanto aos spreads a se estabelecerem, uma folga suficientemente confortável para que a Nova República reorganizasse a Economia e subjugassem a inflação sem para isso ver-se compelida a impor ao povo sacrifícios ainda mais pesados do que aqueles com que tivera de arcar a partir do "Setembro Negro" de 1982.

INFELIZMENTE, os acontecimentos seguintes inviabilizaram a concretização desse acordo. Primeiro, por uma equivocada relutância daqueles que se aprestavam para assumir o poder e que, aparentemente, sustentavam alguma suspeita com relação às vantagens que se ofereciam ao nosso país em decorrência das tratativas que acabavam de encerrar-se nos Estados Unidos. Em seguida, pela desgraça: a morte de Tancredo seguiu-se a atoarda sobre a impraticabilidade de José Sar-

ney manter-se no exercício da Presidência da República. Vencida pela evidência dos fatos essa boataria lançada pelos eternos cobijosos de poder pessoal, sobreveio o recrudescimento do ímpeto inflacionário. Este desaguarda na corajosa adoção do Plano Cruzado, que viria a malograr em consequência de seu mau desenvolvimento e da crença que tudo poderia resolver-se por mera e onírica manifestação de desejo. Por fim, ao malogro do Plano Cruzado seguiu-se a redução alarmante de nossas reservas, a ponto de nos vermos sem outra saída que não o recurso à moratória, que abala gravemente o nosso crédito nos mercados internacionais.

ORA, CADA um desses tropeços refletiu-se como fator de inibição junto aos credores do Brasil, impedindo formalizar acordos de mais longo prazo e que permitissem ao País a definição de política econômica de cunho estratégico e não meramente tático, capaz de atrair investimentos sem os quais a sufocação sob a qual vivemos tenderia a agravar-se indefinidamente.

NO MOMENTO, a duração do mandato presidencial tem esse dom negativo de manter sob desconfiança o Brasil aos olhos do capital estrangeiro.

O MANDATO do Presidente Sarney é de seis anos. E o é legitimamente. Tão legitimamente quanto o de qualquer outro detentor de mandato político no País, já que todos, sem exceção, foram eleitos segundo as mesmíssimas regras, todas constantes da Constituição em vigor. Discutir a duração desse mandato, portanto, nem tem sentido. Reduzi-lo à força seria depor o Presidente. A menos que ele, es-

pontaneamente, resolvesse aprovar tal redução. O que a Constituinte tem que fazer — e nem é a mais importante das suas obrigações — é definir a duração do mandato dos próximos Presidentes.

A DISCUSSÃO que empolga os constituintes, portanto, é movida, única e exclusivamente, a interesse pessoal. Fulano quer a eleição este ano, porque senão fica muito tempo sem mandato e o povo esquece dele. Beltrano prefere ano que vem, porque assim se beneficia da perda de Fulano sem se sentir ameaçado pela onda de jovens Sicranos que se apresentarão para disputar a sucessão de Sarney se ele completar o mandato que lhe está atribuído. E por aí a fora.

CHEGA a ser pitorescamente deprimente o vazio de tal debate: quatro não, "porque é muito curto"; seis não, "porque é muito longo". Então cinco? Não, "porque impede a coincidência de mandatos".

TUDO hipocrisia. Cada um desses figurões só está pensando em si mesmo. Pouco se lhe dá o ônus que recai sobre todos os brasileiros em consequência de tanto egoísmo. Ao mesmo tempo, todos cobram do Presidente uma política salvacionista, fingindo ignorarem que é impossível formular tal política e mais ainda implementá-la sem o respaldo de um mandato intocável, posto à margem de qualquer discussão.

SE QUEREM mesmo ajudar o Governo e o povo a arrancarem o Brasil do poço, o que os constituintes precisam fazer é encerrar logo este bate-boca estéril e assegurar que o País tem Governo com credenciais plenas e estáveis para discutir externamente o grande problema da sua dívida.